Três Mestres de Direito *.

Cândido Mota Filho

Professor Emérito da Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo.

Pensando bem, pareceu-me que me afastando do estilo convencional que certas homenagens exigem, ficaria eu mais à vontade para dizer o que sinto e para ficar mais perto deles e de cada um de vós.

Com essa expectativa, podemos nos congregar melhor, enquanto as minhas palavras ressoam como razões de coração.

Sigo, sem perplexidade, aos rudes gregos de Homero que colocavam as idéias nesse órgão simbólico da vida afetiva. Ouço-o como um relógio que, ao invés de despertar as horas que passam, desperta as que não passam. "Il cuer me suonna intero", digo com ênfase petrarqueano, como se a confissão fosse minha, ignorante dos versos de PETRARCA.

Com esse despertar, despertam, num mesmo plano, trechos variados de diferentes paisagens e, nelas, o que se aninhou em mim dos contatos que tive com os homenageados desta noite.

Conquistaram renome e títulos, abasteceram-se de meditação e de estudos; foram vistos e cumprimentados como advogados, professores, secretários de Estado, deputados e

---

*. Oração proferida na Sessão de 25 de março de 1969 do PEN Clube de São Paulo, dedicada à memória dos professores Honório Monteiro, Jorge Americano e Lino Leme.

ministros da República. Mas, não são só essas consagrações que os identificam, porque, além delas, permaneceram as condições primordiais para tudo isso, que só se vestem e se revestem de características intransferíveis. Nelas principalmente, com os papéis que representaram na vida, é que fui buscar os dados para o museu de imagens da nossa saudade.

Ouvindo-lhes a voz, observando-lhes as maneiras, até mesmo o movimento de seus lábios e a expressão de seus olhos, recompomos os significados que lhes definiram a personalidade, que é de uma linguagem espiritual que vai se extinguindo com as exigências industriais de uma civilização de consumo.

Foram eles que negaram, por isso, a definição do homem, traçado pelo naturalismo carteziano — "une chose qui pense"; porque, muito mais do que uma coisa que pensa, o homem que neles viveu foi um aparelho de pensamento, de cordura e de sensibilidade, que captava, de imediato, o trânsito dos seres e das coisas, como valores na escala das relações sociais.

Lino Leme, no decorrer de um intervalo de aula, rememorava-me um conto de Unamuno, no qual uma velha cega, que passava o dia numa cadeira, junto à porta de sua casa, dizia, aos que a interrogavam, que gostava de ver o mar roncando na praia. A situação dramática era comovente, para Lino Leme, porque era um melancólico consolo para os que eram obrigados a ver, sem ver!

Honório Monteiro, uma noite perdeu o sono por minha causa. Visitara, a meu convite, o Abrigo de Menores e isso lhe fizera mal. Os olhos tristes das crianças abandonadas, encheram-lhe a noite de insônia.

Numa conversa sobre o problema vocacional que mantivemos numa reunião de professores, Jorge Americano contou-me que, um dia, andou a procura de um seu aluno,

que sonhava ser um grande advogado mas era gago. Queria procurar um remédio para ele e evitar que nele se implantasse um complexo de inferioridade, mas sem citar o caso de DEMÓSTENES, por ser artifical e despropositado.

Por volta de 1948, fim de semana, encontrei-me com LINO LEME, HONÓRIO MONTEIRO e JORGE AMERICANO, quando deixavam a Faculdade de Direito e rumavam em direção à Praça do Patriarca. Iam comentando a obra de GEORGES RIPERT — *A Regra Moral nas Obrigações Civis,* que fôra traduzida para o português. Deu-me vontade de ouví-los, quando já se referiam ao alcance do livro, posto em realce, em seu prefácio, para sustentar que foi uma regra moral preciosa, que criou a civilização do Ocidente e que essa civilização se exprime pelo direito.

Naquela hora, a cidade estava em pleno reboliço: — gente subindo e gente descendo a rua de São Bento, enquanto que as filas formadas e conformadas, aguardavam ônibus, na Praça.

Os três eram quatro, uma vez que RIPERT estava entre êles, como se tivesse deixado o Instituto de França, onde fora receber o prêmio pela sua obra. Assim, estavam completamente alheios à movimentação que os envolvia. Atravessaram a rua, com o mesmo passo, como se estivessem atravessando o páteo das Arcadas...

Os três professores iam assim conduzindo, para o cotidiano, a Faculdade que ainda estava dentro deles. Prolongavam-na, inteiramente, entregues a ela, sem se importar com o que estava acontecendo. E eu pensei que, com certeza, quando chegassem as suas casas ainda iriam recordar o roteiro daquela manhã.

Alguém os cumprimentou, e a resposta foi quase maquinal. Três temperamentos diferentes, três vidas, cada um com o seu modo de viver e seu modo de morrer, estavam, naquela hora, continuando as obrigações docentes que os ligavam, numa solidariedade que só os estudiosos podem compreender melhor.

O que me impressionou não era o fato rotineiro d'um fim de aula, em escola superior. Mas, era, principalmente, a obstinada visão do mundo, através da cultura jurídica, que eles mantinham.

Aos três me ligava uma amizade de longa data. LINO LEME e HONÓRIO MONTEIRO tinham sido meus companheiros de bancos acadêmicos. JORGE AMERICANO, que já não encontrei como estudante, freqüentava, contudo, a nossa casa em companhia do seu pai, amigo velho de minha família, que gostava de falar da guerra do Paraguai e do que acontecera, em Capivari, onde os episódios pitorescos, enchiam as conversas na farmácia e no jardim.

Os três viveram o direito intensamente — o direito no plano profissional, o direito como paz social, o direito como garantia do homem livre e como o caminho mais seguro para Justiça.

Essa vivência foi por eles demonstrada na cátedra, no pretório, na tribuna parlamentar, nas revistas especializadas, nos livros publicados e nas atividades políticas. Sem serem filósofos eram abastecidos de cultura geral e podiam conversar à vontade, por entre os empurrões e os pregões das ruas.

Acontece agora que já não posso mais vê-los, mas apenas rememorá-los, como os acompanhei naquela manhã, — vidas que se extinguiram, sem que as tormentas do nosso tempo conseguissem abalar a retidão exemplar de seus gestos.

Em 1939, eu dirigia a Consultoria Técnica da Bancada Paulista. Foi quando a Constituinte abria as primeiras luzes de uma esperança de um Brasil pacificado nos moldes de um regime livre e democrático. A Consultoria era um ponto de reunião e nela, não faltaram ocasião nem motivos para encontrar-me com LINO LEME e JORGE AMERICANO. HONÓRIO MONTEIRO estava inteiramente entregue à sua advocacia e aos estudos de direito.

Nas minhas vindas a São Paulo, fazia ponto no escritório de HONÓRIO MONTEIRO, prolongando uma amizade fraternal, que nascera quando, juntos, freqüentávamos a Faculdade e quando discutíamos os remédios para salvar o mundo, com o socorro, de vez em vez, da imensa cultura filosófica de FLORIVALDO LINHARES.

No escritório eu sentia bem o advogado compenetrado, aderido, de corpo e alma, a seus deveres profissionais, porque HONÓRIO MONTEIRO era, pela sua tipologia moral, um lutador compenetrado das regras de suas lutas.

Nunca o vi brincar. Nunca o vi aplaudir uma ironia, porque a ironia era, para ele, quase sempre, fruto de uma consciência frustrada.

Quando me recebia, abrindo um afetuoso intervalo no rítmo de seu trabalho, não falávamos em processo, nas declarações de falência na reunião de credores, em Junta Comercial, em letras de câmbio ou em conta corrente. Esquecia, por alguns instantes, os assuntos jurídicos, para ouvir as novidades que eu levava, porque preferia ver, em mim, mais o amigo do que o colega, o jornalista e o político de que o advogado. É que, nessa fuga, por alguns instantes surgiam nele o homem público e o cultor das formas desinteressadas do espírito.

A nossa conversa, que ocorria quase todas as semanas, era um pretexto para êle recordar, porque a recordação era um alimento que lhe fazia bem. Com sua vida predisposta às árduas exigências profissionais e pelo seu modo de crer e de ser, achava que eu me dispersava em atividades aleatórias. Não compreendia como eu, filho e neto de professor, não aspirasse a cátedra e perdesse as minhas melhores horas em atividades sem futuro e sem conseqüências. A literatura seria, quando muito, um acessório para a cultura humanista, mas não uma definição profissional, maxime em nosso país. HONÓRIO MONTEIRO citava o exemplo de COELHO NETO, como uma excessão. E a política com todas as suas

seduções, não passava de uma desagradável luta entre os princípios e a oportunidade. Eu só teria, com ela, decepções e aborrecimentos.

Se ele pudesse resguardar seus princípios, seu ideal de ver o país sem revoluções e contra-revoluções, não teria dúvida em enfrentar as asperezas da carreira política. Para ele, qualquer esfôrço seria inútil, porque não possuía temperamento nem gosto para respirar a atmosfera partidária, feita de artifícios e descomedimentos. Apesar disso, não escondia seu gosto pela política, no interesse que revelava pelos acontecimentos e pelo noticiário dos jornais e assim estava a par do que ia acontecendo no país, com eleições e sem eleições.

Lino Leme fora, na Faculdade de Direito, mais um estudioso do que um estudante. Suas maneiras de professor, muito embora simples e despretenciosas, o afastavam das arrelias estudantis. Às vezes, narrava fatos pitorescos e ria com os que o escutavam. Mas, quase sempre, estava de livro em punho ou na Biblioteca da Faculdade, onde ficava entregue à leitura . Consultei-o, com freqüência, porque colecionava um rol de assuntos que eu não sabia. Era, além de tudo, um mestre da língua vernácula e sabia escolher o melhor para suas leituras.

Quando eu descobri *As vidas paralelas* de Plutarco, Lino Leme já as conhecia de sobra. E se referiu à decisiva influência plutarqueana, no início do renascimento, oferecendo no homem da antigüidade clássica, um exemplo do homem ideal, dando impulso as investigações de Leonardo Bruni e, principalmente, de Marsílio Ficino.

Lino Leme estava convencido de que o jurista precisava conhecer a boa linguagem, porque ela é que dá às normas reguladoras do comportamento, individual e social, necessária comunicabilidade. O exemplo de Stendhal, que procurava reforçar seu estilo nas leituras do Código Civil Francês, não lhe bastava. Lembrou-se de Almeida Garret

como legislador, que afirmava que uma das fontes da injustiça germinava da lei mal escrita. Os clássicos estavam na sua intimidade, tanto que punham os nossos ouvidos atentos, quando se referia à lírica de CATULO ou à lírica de VIRGÍLIO, ou quando evocava os pênates e os deuses romanos.

Como eu procurasse contrariá-lo, com RUI BARBOSA, cuja linguagem barroca é que o fazia famoso, LINO LEME resumia o pensamento do grande bahiano sobre o papel do legislador e sobre o dever de intérprete. Para LINO LEME, o RUI político dos grandes discursos, o escritor que compôs as magníficas páginas sôbre SWIFT e CASTRO ALVES e que disse as incomparáveis palavras de despedidas da Academia Brasileira de Letras junto ao túmulo de MACHADO DE ASSIS, transfigurara-se num escritor enxuto, claro, límpido, desanuviado, no anteprojeto da Constituição de 1891.

E tudo o que RUI disse sobre a feitura do Código Civil, foi nesse sentido, acabando por construir um verdadeiro monumento filosófico. E me recitou, ponto por ponto, vírgula por vírgula, o trecho inicial do parecer de RUI, que se refere à linguagem necessária aos Códigos, pois quando a frase é simples e pura, através dela, penetra, diretamente, a inteligência ao encontro do pensamento escrito. E, sem ênfase, repetia o período em que RUI, ao falar da gramática e da língua, diz que, quando se trata de leis, naquele que lhes quer dar forma, se hão de juntar aos dotes de escritor os de jurista, rara vez aliados na mesma pessoa.

Quando aconteceu a Semana de Arte Moderna, escrevi, ao calor dos meus vinte e cinco anos, uma série de artigos no *Correio Paulistano*. LINO LEME opôs-se aos meus pontos de vista. Para ele, eu queria desmanchar, quando não havia o que desmanchar. A destruição, que se fazia em França também com seus descomedimentos, como se fazia na Itália com seus exageros, mas, se justificava, em parte, para que a tradição não impedisse a liberdade criadora do homem de letras. E isso não acontecia conosco, pois estávamos muito

mais encantados com o futuro, do que os próprios futuristas. E o nosso pecado grave estava em deslembrar o passado, quando, sem ele, não há padrão cultural. O nosso dever, portanto, era o de somar e não o de diminuir, de considerar o que se fez, de avaliar o que significam, numa civilização inconcluída, os esforços de seus poetas e escritores.

Suas objeções eram ditas com firmeza e tranqüilidade, atenuando-as com um sorriso de doçura, naturais num homem bom e tolerante como ele. E me dizia, pondo, as mãos em meus ombros: — "Isso fica cá, entre nós, para que ninguém nos ouça, porque cada um pode pensar como quiser."

Por algum tempo, distanciâmo-nos e o nosso encontro se tornou freqüente no Rio, onde LINO LEME, constituinte operoso e seguro, atravessou, incólume, todas as ondas políticas.

No esfôrço para acertar o passo e o compasso constitucional, LINO LEME era mais um otimista do que um pessimista. O que era precioso, para ele, era que o Congresso tivesse uma representação eficaz, tocando os boatos pelas janelas como moscas importunas. Desde que o mundo é mundo, a melhor forma de conter a destruição é a vontade de destruir.

Desde esse tempo, o que o preocupava era o caminho das gerações novas. Temia que a educação não falasse a linguagem precisa para pô-las ao alcance dos progressos do mundo. Era o professor que assim opinava, fiel ao seu destino e à sua formação.

JORGE AMERICANO foi, também, constituinte mais sensível às mudanças do tempo. O cenário federal o decepcionara, como fez sentir, mais tarde, na saudação que fez ao professor ALVINO LIMA, quando pôs em relevo os pontos infeccionados da democracia brasileira.

Fora à Constituinte para colaborar na organização constitucional do Brasil e encontrava, para perturbá-la, uma

vasta rede de politicagem. Em JORGE AMERICANO predominava a preocupação pela simplicidade esmerada, o gosto pelas soluções racionais e o horror pelas grandes frases a que, quase sempre ocultavam, manejos inconfessáveis.

Certa vez, saimos ao anoitecer, do Congresso. O calor despejava-se pela cidade de um céu alto e luminoso. Estávamos carregados e sobrecarregados de boatos. E, em meio deles, havia uma verdade que o amargurava até ao fundo d'alma: — O chefe da revolução, depois de alguns anos de ditadura, ia ser eleito Presidente da República!

Esse fato tomou, para ele, proporções de uma desgraça irremediável. Estava convicto de que, dentro em breve, o presidente voltaria ao processo político que lhe dava gosto e o Brasil iria sofrer os males de uma ditadura e o fracasso de uma Constituição.

Estava disposto a renunciar e ia dar conhecimento do seu gesto a ALCÂNTARA MACHADO. Procurei demovê-lo, mas, meu esforço foi inteiramente inútil. E acabou renunciando.

JORGE AMERICANO era dotado de uma sensibilidade complexa, que mal se ocultava no jurista e no professor. Escrevia bem e pintava bem. Falava-me sempre de seus projetos literários. Queria evocar, num livro, os nomes consagrados nas ruas de S. Paulo e buscar, em suas tradições e lendas, a fisionomia sentimental da cidade. Achava muita graça existir numa cidade sul-americana como São Paulo, ao lado da rua dos Guayanazes ou dos Timbiras, rua com o nome de Spartacus.

Descobrira, nas imediações da Vila Carrão, uma rua ladeada de muros de taipa que se chamava "Rua das formigas". Mas, nessa rua, em terreno arenoso, não havia formigas. Essas não passavam dos namorados festivos e furtivos que a freqüentavam, com o açúcar do amor umicedendo os lábios.

O seu prazer era recordar, numa visão panorâmica, tudo o que São Paulo havia perdido: suas velhas praças, suas

velhas igrejas, seus tipos populares, o bairro do Braz aqui, o Jardim da Luz ali, festa de Santa Cruz dos Pocinhos, no Largo do Arouche.

O cuidado que punha em suas crônicas, mantendo o estilo correntio e a linguagem perfeita, estendia-se até às apostilas do professor. E quando não escrevia, JORGE AMERICANO pintava. Seus trabalhos porém não eram de um simples pintor de domingo. Mostravam um desenhista de mão segura, sensível ao colorido e aos valores plásticos.

Soubera das minhas inclinações, de algumas manchas a óleo que eu, em momento de fraqueza, apresentara a amigos íntimos. E me dizia: —

"— Desista do direito enquanto é tempo. Eu cheguei tarde para dizer: — "Anchè io sono pittore"!

Eu retruquei que fora, para ele, uma felicidade chegar tarde, porque nem a pintura, nem a literatura, por maiores sucessos que proporcionassem a ele, nunca lhe dariam o nome ilustre que adquirira como professor, jurista e homem público.

Quando eu, após uma luta que me deixou gosto amargo na boca, conquistei a cátedra, LINO LEME, JORGE AMERICANO e HONÓRIO MONTEIRO já eram, de há muito, professores. Possuíam todos eles numerosas estórias para contar. JORGE AMERICANO fora magnífico reitor da Universidade, HONÓRIO MONTEIRO, diretor da Faculdade de Direito, em um dos momentos mais difíceis do país. E estiveram ambos à altura do difícil momento, onde a reitoria e a diretoria mantinham difícil diálogo entre as escolas e o poder político.

HONÓRIO MONTEIRO, que era a bondade em figura de gente, tinha que ser um liberal como ele realmente o era, com capacidade de compreender a profunda crise institucional, que assolava o país. Sua fé religiosa irradiava-se em suas convicções e não o deixava desanimar ou descrer. Estava certo, de que, mais dia ou menos dias, o Estado de direito seria instituído, dada à índole do povo brasileiro, avesso as aventuras da força.

Professor de direito comercial, HONÓRIO MONTEIRO, era também um estudioso de direito político e dos problemas que o circundavam.

Invocando a autoridade de SANTO TOMÁS, ele sustentava que a política emite regras que só se transformam em leis, quando visam objetivar o direito. Quando as regras estão vazias de conteúdo político ou de interesse social, quando elas se afastam da objetivação jurídica, confundem-se com a violência. Daí a importância que tem, em todas as épocas, o problema do poder constituinte. E é por isso, que SANTO TOMÁS se demorou no conceito de prudência, sem a qual a lei não alcança sua finalidade. Assim, na sociedade moderna, "plenitudo potestates" é a plenitude do direito e nada mais.

Certo dia, foi HONÓRIO MONTEIRO procurado pelo Embaixador Macedo Soares para convidá-lo a participar da chapa de deputado federal que iam ser os constituintes de 46. A recusa foi vencida a muito custo, quando o convite se transformou em apelo ao jurista, num instante em que S. Paulo precisava de uma representação humana com autoridade formada pelas cátedras universitárias.

HONÓRIO MONTEIRO ingressou na política contrariado e contrafeito. Encontrei-o, dia seguinte, preocupado como alguém que tivesse que cumprir um compromisso que não podia cumprir.

"— Fiz mal, disse-me ele, em concordar com o meu nome na chapa. Não possuo os dotes que um político precisa ter. Não sei transigir e sou demasiadamente desconfiado para distinguir, nos conciliábulos, a desconfiança da sinceridade. Se fôr eleito, não poderei prestar ao Estado e ao País os serviços que possam esperar de mim...

HONÓRIO MONTEIRO era um orador nato. Todas as vezes que me foi possível ouví-lo, notei na voz máscula e empostada, onde as tonalidades variavam, conforme as conclusões e as afirmativas, a precisão das frases e a propriedade expressiva das imagens. Mas, na câmara federal sobressaiu-se

não só como legislador modelar, como pela discreta altivez de seu comportamento. Foi presidente da câmara, dedicado e enérgico. E terminou sua carreira pública como Ministro do trabalho e ministro interino da justiça.

Nessa oportunidade, estive a seu lado. Fui seu auxiliar na difícil tarefa que empreendeu de colocar o ministério do trabalho fora das maquinações eleitoreiras e afastado do peleguismo parasitário, que nele se enquistara.

Movimentou-se num terreno que lhe era inteiramente estranho e nele se mostrou como se o conhecesse de longa data. Dedicou-se, até a exaustão, aos problemas explosivos das classes que deviam ser resolvidos sem explosões, sabendo, como ele verificou, que o trabalhismo era mais uma aspiração do que uma realidade, que a vida sindical, o mercado do trabalho, a técnica salarial e a aparelhagem dos serviços sociais eram suportados por uma legislação adequada.

Passaram-se alguns anos, Honório Monteiro era, de novo, o professor e o advogado. Inabalável em suas convicções, objetivo em seus propósitos, podia ser visto, como realmente foi visto — um dos varões mais ilustres, um dos professores mais cultos, um dos cidadãos mais devotados à coisa pública que a terra paulista podia oferecer.

Lino Leme também deixara a política , onde, na verdade, não quis ser político. Na cátedra, na advocacia mantinha seu fervoroso amor ao direito e a sua generosa visão dos homens e do mundo.

Numa banca examinadora, da qual fazíamos parte, Lino Leme confidenciava-me:

— "Não são poucos os que pensam que a missão de ensinar decorre de pressupostos negativos, tais como a vaidade e a presunção. No entanto, mesmo o professor vaidoso e arrogante, em última análise, faz, quando ensina, profissão de fé de sua humildade e de sua renúncia. Sente, de pronto, que não está entre doutores, para dizer o que sabe, mas entre estudantes que dele esperam o que não sabem".

Eu tinha ouvido, no Rio de Janeiro, do saudoso professor COSTA CARVALHO, as impressões que trazia da nossa Faculdade. E me disse, entre outras, que LINO LEME, quando prelecionava, parecia que estava dizendo missa!

A imagem vale para se avaliar que mestre augusto era LINO LEME.

Por esse tempo, ele me informou que começara a redigir suas memórias. Com elas tencionava reunir tudo aquilo que se afastara da composição de sua vida, para que os mortos e os vivos aparecessem de mãos dadas. E concluía, com um sorriso melancólico: — "Na mocidade fiz versos; agora cultuo a saudade, que é lado misterioso da poesia..."

JORGE AMERICANO, que era um espírito malicioso e romântico, tinha conquistado, como os seus dois colegas, excelente reputação de mestre e de jurista. Sentia-se, no fim da vida, envolvido pelas tristezas da solidão e, para afugentá-la, escrevia e pintava.

A última vez que o vi, foi na tribuna do supremo tribunal federal. Continuava a ser um orador sóbrio e conciso, com sua voz compassada e seus gestos discretos.

Os tres LINO LEME, HONÓRIO MONTEIRO e JORGE AMERICANO, foram testemunhos invulgares de uma das épocas mais ricas de acontecimento da História. Assistiram revoluções sangrentas e guerras mundiais, onde o homem chegou a assemelhar-se ao "Fausto" de GOETHE:

"Monstro sem finalidade e sem repouso!"

Mas eles deixaram, para nós, o legado precioso de suas esperanças intactas, comprovadas em seus trabalhos, em suas lutas e em suas atitudes. E sempre que os evocarmos, como faziam os antigos, no mundo clássico, naturalmente, sem as oliveiras quietas e os córregos sonoros do Céfiro, onde se refletiam o azul incomparável do céu jônico.

Todos os tres, que se mostraram superiores às vaidades e aos enredos da moda, sabem que o nosso elogio, nesta

noite, em nome do Pen Club não decorre só de um dever, que jamais deixaríamos de cumprir, mas de uma exigência das razões do coração, da obediência aos comandos do nosso afeto e da coerência de amigos e companheiros.

Mas o que sabemos e o que principalmente queremos, sem que eles queiram ou saibam, é que cultuamos, com a nossa sinceridade, tres vidas exemplares, que souberam praticar as mais puras virtudes e manter, entre as intemperanças de uma civilização em crise, a imagem ecumênica do homem.

Foram intelectuais, como escolhia o Pen Club, desde que se instalou, em Londres, como a primeira sede da fraternidade dos que vivem da sensibilidade e da inteligência. Foram, como queríamos que fossem, para o nosso convívio, entregues ao saber e ao sacrifício desinteressado pela vida pública.